

Crise financeira

O Parlamento Europeu aprovou um regulamento que **endurece as regras** para as **vendas a descoberto** e os **swaps de risco** de incumprimento (CDS), apontados como uma das causas da crise financeira. O novo regulamento proíbe ou restringe estas transacções e **torna mais difícil a especulação sobre a dívida soberana de um país**.

ver pág. 4

Política Marítima

O Parlamento Europeu aprovou a renovação do **apoio financeiro** à política marítima integrada da UE até 2013. O montante acordado entre o Parlamento e o Conselho de Ministros da UE é de **40 milhões de euros**.

Nuno Teixeira defendeu *"uma abordagem coordenada da gestão e governação dos oceanos, mares e costas, numa perspectiva global e coerente de todas as políticas europeias relacionadas com o mar"*.

ver pág. 12

Pesca Ilegal

A **pesca ilegal** representa uma das ameaças mais graves para a **biodiversidade dos oceanos** e constitui uma fonte de **concorrência desleal** para os pescadores que respeitam as regras em vigor. O Parlamento Europeu aprovou um relatório no qual apela a uma acção internacional coordenada para combater este tipo de pesca, propondo que sejam reforçadas as **inspecções no mar**, que seja vedado o acesso aos mercados a esses produtos e que sejam aplicadas sanções aos Estados negligentes.

ver pág. 14

em destaque:

UE tem de ser forte em Durban

O Parlamento Europeu quer que a **UE confirme o seu forte empenho no Protocolo de Quioto** e na **redução das emissões** de CO2 no período pós-2012. Numa resolução aprovada em plenário sobre a Conferência sobre as Alterações Climáticas, que se realiza em Durban, África do Sul, de 28 de Novembro a 9 de Dezembro, os eurodeputados instam a UE a ir mais além da redução de 20% até 2020, o que poderá ajudar a estimular a economia europeia.

O PE apela a que sejam tomadas medidas concretas para colmatar a **"disparidade de gigatoneladas"** (ou seja, a diferença) entre os actuais níveis de ambição e os níveis requeridos para manter o aquecimento global abaixo de 2° C.

"Os países europeus têm de fazer escolhas decisivas para preservar a sua prosperidade e segurança futuras", afirma o PE, salientando que *"a adopção de um objectivo de redução das emissões de gases com efeito de estufa conforme com os objectivos climáticos da UE pode ser conjugada com uma economia mais saudável, um aumento dos empregos verdes e da inovação"*.

A deputada **Graça Carvalho** sublinhou que *"é importante que a União Europeia mantenha o seu papel de liderança na luta contra as alterações climáticas (...) a nível das negociações no âmbito da Convenção, há que implementar o acordado em Cancún relativamente à transferência de tecnologia, capacitação, florestas e o redesenhar dos mecanismos de mercado"*.

Carlos Coelho recordou que *"é de igual importância haver uma reestruturação na arquitectura financeira do Protocolo (a actual apenas disponibiliza 5 % daquilo que é a estimativa do capital que será necessário para os países em desenvolvimento nas próximas décadas)"* e defendeu que *"é necessário que a UE insista e pressione os Estados-Membros no sentido de criar novos mecanismos que disponibilizem fundos adicionais"*.

ver pág. 9

Índice

Abertura da Sessão.....	3
Vendas a descoberto e swaps de risco de incumprimento.....	4
Agricultura: taxa de mortalidade das abelhas na UE.....	5
Prémio de Cinema LUX.....	8
Conferência do Clima: Durban 2011.....	9
Política Marítima integrada.....	12
Pesca ilegal.....	14
Ordem do dia da sessão.....	17

Siglas dos Grupos Políticos:

PPE- Partido Popular Europeu
S&D- Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas
ALDE- Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa
Verdes/ALE- Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia
CRE- Conservadores e Reformistas Europeus
CEUE/EVN- Confederação da Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica
ELD- Europa da Liberdade e da Democracia

Responsável: Pedro Paulos e Cruz

Fontes:

- *Serviço de Imprensa do PE*
- *Serviço de Imprensa do GEPSD*
- *site www.carloscoelho.eu*

Abertura da sessão

O Presidente do Parlamento Europeu, Jerzy Buzek, destacou na abertura da sessão plenária o debate prioritário desta semana com os Presidentes da Comissão, do Conselho Europeu e do Eurogrupo sobre o reforço da governação económica. O debate realiza-se na quarta-feira, 16 de Novembro, às 9 horas.

Na abertura da sessão, o Presidente do PE fez também referência a outros assuntos.

Sismo na Turquia e cheias em Itália e França

Jerzy Buzek manifestou a solidariedade do PE para com as vítimas do sismo na Turquia e das cheias em Itália e no Sul de França.

Visita à Líbia e à Tunísia

O Presidente do PE fez um resumo das suas visitas à Líbia e à Tunísia. Na Líbia, "*contam muito com a ajuda da Europa e estão abertos para a cooperação*", disse Jerzy Buzek. Durante a sua visita, o Presidente do PE manteve conversações sobre a construção da democracia e a economia de mercado.

Também na Tunísia manifestaram "*plena abertura para a União Europeia*", disse Buzek, que espera que o país caminhe em direcção a uma sociedade aberta, como um Estado de Direito democrático e o respeito dos direitos das mulheres.

Visita aos Balcãs Ocidentais

Jerzy Buzek falou também da sua visita à Croácia, à Sérvia e à Bósnia-Herzegovina. O Presidente depositou flores em Srebrenica em nome do Parlamento Europeu.

Parlamento da Juventude da região euro-mediterrânica

O Presidente do PE fez ainda referência ao Parlamento da Juventude da região euro-mediterrânica (EuroMed-Scola), que se reuniu em Estrasburgo e que debateu a sociedade civil, o diálogo social, o acesso à educação e ao trabalho e a protecção do ambiente, entre outros temas.

Conferência sobre direitos humanos

Jerzy Buzek convidou os eurodeputados a participarem, a 23 de Novembro, na Conferência de Alto Nível sobre Direitos Humanos, o primeiro grande evento da nova Rede do Prémio Sakharov. Esta será uma oportunidade única para debater com activistas dos direitos humanos de todo o mundo, incluindo vencedores do Prémio Sakharov para a Liberdade de Pensamento, realçou o Presidente do PE.

Minuto de silêncio em memória de Willy De Clercq

O Parlamento Europeu respeitou um minuto de silêncio em memória do político belga e antigo eurodeputado e comissário europeu Willy De Clercq.

Parlamento Europeu aprova regras para acabar com especulação sobre a dívida soberana

O Parlamento Europeu aprovou um regulamento que endurece as regras para as vendas a descoberto e os swaps de risco de incumprimento (CDS), apontados como uma das causas da crise financeira. O novo regulamento proíbe ou restringe estas transacções e torna mais difícil a especulação sobre a dívida soberana de um país. A nova legislação visa aumentar a transparência e permitir aos reguladores detectar mais facilmente os riscos no mercado de dívida.

O regulamento, que deverá ser aplicável a partir de Novembro de 2012, vai apertar as regras sobre as vendas a descoberto e os swaps de risco de incumprimento (credit default swaps, ou CDS), tidos como responsáveis pela volatilidade e reacção exagerada dos mercados, especialmente em períodos de instabilidade financeira, e pelo agravamento dos problemas na Grécia.

"Estas regras provam que a UE pode agir contra a especulação quando existe vontade política. Este regulamento fará com que seja impossível comprar CDS com o único intuito de especular sobre o default de um país", disse o relator do Parlamento Europeu, Pascal Canfin (Verdes/ALE, França).

Limites à especulação sobre a dívida soberana

Visto que a participação em transacções de CDS soberanos sem uma exposição subjacente ao risco de desvalorização do instrumento de dívida soberana pode ter um impacto negativo na estabilidade dos mercados de dívida soberana, será proibido tomar tais posições não garantidas em CDS.

No entanto, aos primeiros sinais de que o mercado de dívida soberana não esteja a funcionar convenientemente, a autoridade reguladora nacional poderá suspender temporariamente (12 meses, no máximo) essa restrição com base em "*elementos objectivos*", como uma taxa de juro da dívida soberana elevada ou crescente, o alargamento do *spread* da taxa de juro da dívida soberana em relação à dívida soberana de outros emitentes soberanos, etc.

As medidas relacionadas com a dívida soberana e com os CDS soberanos, incluindo mais transparência e restrições às vendas a descoberto sem garantia de detenção dos activos, devem impor "*requisitos que sejam proporcionados e que simultaneamente evitem um impacto adverso sobre a liquidez dos mercados*", estabelece o regulamento.

Vendas a descoberto

Por venda a descoberto entende-se a venda de valores mobiliários que o vendedor não possui nesse momento, tendo a intenção de os comprar mais tarde para entrega. Fala-se de venda a descoberto sem garantia de detenção dos activos (*naked short selling*) quando o vendedor não tomou por empréstimo os valores mobiliários nem garantiu que os poderia obter até à liquidação antes de os prometer vender.

Este tipo de venda pode dar origem a riscos específicos de impossibilidade de liquidação (ou seja, de a transacção não ser concluída). Desde o início da crise financeira, vários Estados-Membros tomaram medidas para suspender ou proibir a venda a descoberto. No entanto, os poderes de que os reguladores nacionais dispõem para restringir ou proibir estas vendas variam ainda conforme o Estado-Membro. Este regulamento vai criar um quadro harmonizado para uma acção coordenada a nível europeu.

Notificação às autoridades reguladoras

A falta de informação sobre as vendas a descoberto foi um dos principais problemas para as autoridades reguladoras antes da crise financeira. O novo regulamento estabelece fortes requisitos de informação e notificação às entidades reguladoras nacionais e europeia, para que estas possam monitorizar os mercados e detectar mais facilmente a acumulação de riscos.

Reforço do papel da Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários

A Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (AEVMM), cujos poderes foram reforçados pelo Parlamento Europeu, estará no centro das actividades de monitorização e supervisão.

Próximos passos

O regulamento, aprovado pelo Parlamento Europeu por 507 votos a favor, 25 contra e 109 abstenções, deverá ser formalmente aprovado pelo Conselho de Ministros da UE nas próximas semanas e será aplicável a partir de Novembro de 2012.

Agricultura: Morte das abelhas na UE requer medidas urgentes, alertam eurodeputados

Se o aumento da taxa de mortalidade das abelhas na UE não for tido em conta, este terá um "impacto negativo profundo na agricultura, na produção e segurança alimentares", alerta um relatório aprovado pelo Parlamento Europeu. O PE insta a Comissão a aumentar o apoio à investigação para a prevenção e controlo de doenças que vitimam as abelhas e a atribuir mais recursos à apicultura na PAC após 2013. Portugal é um dos países que regista condições ambientais e agrícolas favoráveis à apicultura.

O Parlamento Europeu apela ao aumento do apoio à investigação e ao desenvolvimento de medicamentos veterinários para combater os actuais agentes patogénicos que afectam as abelhas na UE, especialmente o acarídeo *Varroa destructor*.

Estima-se que 76% da produção alimentar na UE depende da polinização das abelhas. Os eurodeputados alertam para o "impacto negativo profundo" que o contínuo aumento da taxa de mortalidade das abelhas na Europa poderá ter na agricultura, na produção e segurança alimentares, na biodiversidade, na sustentabilidade ambiental e nos ecossistemas.

A Comissão deve definir regras mais flexíveis em matéria de autorização e disponibilização de produtos de veterinária para as abelhas, diz o PE, incluindo medicamentos de origem natural e outros que não sejam prejudiciais à saúde dos insectos.

O relatório salienta também a necessidade de oferecer incentivos à indústria farmacêutica para o desenvolvimento de novos medicamentos destinados a combater as doenças das abelhas.

Apoio ao sector apícola no âmbito da PAC

O PE insta a Comissão a disponibilizar mais recursos financeiros para a apicultura, reforçando o apoio ao sector apícola no âmbito da PAC após 2013 e garantindo a continuação e o reforço dos programas de apoio existentes para este sector.

Os eurodeputados pedem também à Comissão que crie uma rede de segurança ou um sistema de seguros comum para a apicultura, a fim de atenuar o impacto das situações de crise nos apicultores.

Sistemas nacionais de vigilância

A falta de dados fiáveis e comparáveis sobre o número de colmeias, apicultores e perdas de colónias na UE constitui um dos principais entraves à acção efectiva para combater a mortalidade excessiva das abelhas.

O PE insta à criação de sistemas nacionais de vigilância, em estreita colaboração com as associações de apicultores, e ao desenvolvimento de normas harmonizadas a nível da UE que permitam estabelecer comparações. Os eurodeputados defendem o apoio aos laboratórios de diagnóstico e aos ensaios de campo à escala nacional.

É também necessário partilhar os resultados científicos à escala europeia, a fim de evitar sobreposições. O PE pede à Comissão que fomente activamente a partilha de informações entre Estados-Membros, laboratórios, apicultores, agricultores, indústria e cientistas sobre estudos ecotoxicológicos relativos aos factores que afectam a saúde das abelhas.

Programas de formação para os agricultores

Um dos factores de stress que afecta a saúde das abelhas é a presença de agentes tóxicos no ambiente, em especial a utilização indevida ou excessiva de determinados pesticidas.

O PE solicita o apoio a programas de formação para os apicultores sobre a prevenção e o controlo de doenças e para os agricultores e silvicultores sobre uma utilização dos produtos fitofarmacêuticos que seja benéfica para as abelhas e sobre o impacto dos pesticidas e práticas agronómicas não-químicas.

Os eurodeputados exortam também a Comissão a levar a cabo uma investigação objectiva sobre os eventuais efeitos negativos do cultivo e das monoculturas de OGM na saúde das abelhas.

Importância da apicultura para a UE

Estima-se que 84% das espécies vegetais e 76% da produção alimentar na Europa dependem da polinização das abelhas, cujo valor económico é muito superior ao valor do mel produzido, ascendendo aos 15 mil milhões de euros anuais na UE.

O sector da apicultura é também uma fonte de rendimentos primários ou suplementares para mais de 600 mil cidadãos europeus.

Vários Estados-Membros registam condições ambientais e agrícolas especialmente favoráveis à apicultura, como é o caso da França, Grécia, Hungria, Itália, Polónia, **Portugal**, Roménia e Espanha.

Intervenções de eurodeputados portugueses:

Maria do Céu Patrão Neves (PPE): *"Senhor Presidente, felicitando o relator e os relatores-sombra pelo bom trabalho realizado, quero sublinhar um aspecto importante que, não obstante os meus esforços, permanece ausente. A necessidade de acautelar os efeitos nocivos da utilização de subespécies fora da sua área de distribuição natural e de prevenir a continuação desta prática, iniciada há cerca de 50 anos e que colocou as abelhas em condições para as quais não estavam adaptadas.*

Nestes casos, a selecção é feita a partir de determinadas características, como a produção de mel, em detrimento de outros aspectos essenciais à sua sobrevivência, como o comportamento defensivo e a enxameação. Verificou-se ainda a introdução de parasitas e doenças exóticas que, por vezes, conduziu à extinção de subespécies locais.

Importa, pois, através de uma boa formação dos apicultores e de regulamentação adequada, impedir a prossecução desta prática que a todos prejudica".

João Ferreira (GUE/NGL): *"Senhor Presidente, o enfraquecimento geral e contínuo das colónias de abelhas constitui um problema preocupante, para o qual tem sido difícil encontrar uma solução eficaz e consistente. Se tivermos em conta que este declínio afecta não apenas as abelhas domesticadas, mas também as populações silvestres de várias espécies de polinizadores, facilmente perceberemos a gravidade das suas consequências nos planos agrícola e ecológico.*

Em termos gerais, este problema não pode ser dissociado dos modelos agrícolas vigentes, da agricultura intensiva, com prevalência da monocultura, com uma elevada e insustentável incorporação de agroquímicos, de pesticidas, com a disseminação de organismos geneticamente modificados, sem a devida observação do princípio da precaução.

Sem prejuízo de medidas que podem e devem ser adoptadas no curto prazo, banindo determinado tipo de produtos, prestando um apoio científico e técnico adequado aos agricultores, o que se impõe são medidas de fundo. Medidas que passam por uma alteração dos modelos produtivos vigentes e das políticas que lhes dão suporte.

A reforma da PAC seria por isso um momento oportuno para começar a proceder a esta imprescindível alteração profunda".

Prémio de cinema LUX vai para "As neves do Kilimandjaro"

O filme "As neves do Kilimandjaro", do realizador francês Robert Guédiguian, é o vencedor do Prémio de cinema LUX 2011, anunciou o Presidente do Parlamento Europeu, Jerzy Buzek, numa cerimónia solene realizada no hemiciclo de Estrasburgo. O filme aborda as injustiças das sociedades modernas e os conflitos políticos e sindicais.

"As neves do Kilimandjaro" foi mais votado pelos eurodeputados do que os outros dois filmes finalistas, "Attenberg", de Athina Rachel Tsangari (Grécia), e "Play", de Ruben Östlund (Suécia/França/Dinamarca).

Na cerimónia de entrega do prémio, Jerzy Buzek disse: *"O Prémio de cinema LUX do Parlamento Europeu serve para nos lembrar que o que nos une é mais forte do que o que nos separa. Lembra-nos que vale a pena lutar pelos valores e pelas liberdades que partilhamos e pela auto-crítica. Recorda-nos também que os filmes europeus não ficam aquém das produções não europeias"*.

O produtor do filme, Marc Bordure, que recebeu o prémio em nome de Robert Guédiguian, disse, por seu lado: *"Os valores da Europa estão, para mim, ligados à ideia de República, aquela República que Jean Jaurès, sob cujos auspícios se constrói o meu filme, chama de «República social»: liberdade, igualdade e fraternidade são qualidades que a Europa deve também defender. [...] Por favor, não abandonem os pobres de Victor Hugo - uma figura emblemática do filme e da Europa - nas águas geladas do cálculo egoísta"*.

O Prémio LUX é entregue anualmente pelo Parlamento Europeu a filmes que ilustrem ou questionem os valores em que se funda a identidade europeia, que explorem a diversidade cultural na Europa ou que reflectam sobre o processo de integração europeia.

O galardão é acompanhado de um apoio financeiro de cerca de 90 mil euros, destinados à legendagem do filme nas 23 línguas oficiais da União Europeia, incluindo a adaptação para pessoas com deficiências auditivas ou visuais, e à produção de uma cópia em 35mm ou em formato digital por Estado-Membro.

Desde a sua criação, em 2007, o Prémio LUX foi atribuído aos seguintes filmes: "Auf der anderen Seite", de Fatih Akin (2007), "Le Silence de Lorna", de Jean-Pierre e Luc Dardenne (2008), "Welcome", de Philippe Lioret (2009), e "Die Fremde", de Feo Aladag (2010).

Cinema europeu na era digital

O apoio do Parlamento Europeu ao cinema passa também pelo apelo a legislação específica que favoreça a diversidade e o acesso a obras cinematográficas e à criação de programas europeus e nacionais de apoio à transição para as tecnologias digitais.

Os eurodeputados votam hoje um relatório sobre o cinema europeu na era digital no qual instam os Estados-Membros e a Comissão a apoiar financeiramente a digitalização total em matéria de equipamento das salas de cinema da UE e a favorecer a circulação dos filmes europeus.

Conferência do Clima: Eurodeputados querem forte empenho da UE no Protocolo de Quioto

O Parlamento Europeu quer que a UE confirme o seu forte empenho no Protocolo de Quioto e na redução das emissões de CO₂ no período pós-2012. Numa resolução aprovada em plenário sobre a Conferência sobre as Alterações Climáticas, que se realiza em Durban, África do Sul, de 28 de Novembro a 9 de Dezembro, os eurodeputados instam a UE a ir mais além da redução de 20% até 2020, o que poderá ajudar a estimular a economia europeia.

Um acordo internacional juridicamente vinculativo coerente com o princípio de uma *"responsabilidade comum, mas diferenciada"* deve continuar a ser o objectivo geral, salienta o Parlamento Europeu na resolução hoje aprovada por 532 votos a favor, 76 contra e 43 abstenções.

Os eurodeputados exortam a UE a *"confirmar, pública e inequivocamente, o seu forte empenho no Protocolo de Quioto"* e a declarar abertamente, antes de Durban, que está disposta a continuar com o segundo período de compromissos nos termos deste Protocolo (o período em curso expira no final de 2012 e o segundo será de 2013 a 2020).

O PE apela a que sejam tomadas medidas concretas para colmatar a *"disparidade de gigatoneladas"* (ou seja, a diferença) entre os actuais níveis de ambição e os níveis requeridos para manter o aquecimento global abaixo de 2° C.

"Os países europeus têm de fazer escolhas decisivas para preservar a sua prosperidade e segurança futuras", afirma o PE, salientando que *"a adopção de um objectivo de redução das emissões de gases com efeito de estufa conforme com os objectivos climáticos da UE pode ser conjugada com uma economia mais saudável, um aumento dos empregos verdes e da inovação"*.

Ir mais além da redução de 20% até 2020

O PE defende que, independentemente do resultado das negociações internacionais, *"é do interesse da UE fixar um objectivo de protecção climática superior a 20%, uma vez que tal teria simultaneamente o efeito de criar empregos verdes, crescimento e segurança"*.

Os eurodeputados pedem à UE que se coloque na vanguarda e pugne por uma política europeia ambiciosa que reduza as alterações climáticas, de modo a evidenciar as vantagens dessa política e incentivar outros países a seguirem o seu exemplo.

"Se a UE for relutante em avançar no sentido de um segundo período de compromissos nos termos do Protocolo de Quioto, será transmitida uma mensagem assaz negativa aos países em desenvolvimento", alerta a resolução.

Fundo Verde para o Clima

Os eurodeputados querem que a UE aproveite a Conferência de Durban para ajudar a alcançar um acordo sobre o financiamento e a gestão do Fundo Verde para o Clima, que servirá de apoio aos países em desenvolvimento. Os países desenvolvidos comprometeram-se a disponibilizar 100 mil milhões de dólares americanos por ano até 2020.

Inclusão da aviação e dos transportes marítimos

A UE deve assegurar que a totalidade do impacto da aviação seja tido em conta num acordo internacional sob a forma de metas de redução das emissões vinculativas para este sector, insistem os deputados. O PE considera que a resolução deste problema se tornou cada vez mais premente e apoia a inclusão da aviação no sistema europeu de transacção de licenças de emissão, posição já tomada num regulamento que aprovou em 2008.

Os eurodeputados apoiam também a adopção de objectivos ambiciosos para a redução das emissões no transporte marítimo.

Delegação do Parlamento Europeu a Durban

A delegação do PE a Durban será integrada pelos seguintes eurodeputados:

Jo Leinen (S&D, Alemanha) - Chefe da delegação

Karl-Heinz Florenz (PPE, Alemanha)

Kriton Arsenis (S&D, Grécia)

Bairbre De Brún (CEUE/EVN, Reino Unido)

Pilar Del Castillo (PPE, Espanha)

Bas Eickhout (Verdes/ALE, Países Baixos)

Elisabetta Gardini (PPE, Itália)

Dan Jørgensen (S&D, Dinamarca)

Corinne Lepage (ALDE, França)

Vladko Panayotov (ALDE, Bulgária)

Anna Rosbach (ECR, Dinamarca)

Oreste Rossi (EFD, Itália)

Richard Seeber (PPE, Áustria)

Francisco Sosa Wagner (NI, Espanha)

Marita Ulvskog (S&D, Espanha)

Intervenção de eurodeputados portugueses no debate:

Maria da Graça Carvalho (PPE): *"Senhora Presidente, é importante que a União Europeia mantenha o seu papel de liderança na luta contra as alterações climáticas. A Conferência de Durban deve produzir propostas concretas sobre o acordo relativo ao segundo período de cumprimento do Protocolo de Quioto e às negociações no âmbito da Convenção.*

A nível das negociações no âmbito da Convenção, há que implementar o acordado em Cancún relativamente à transferência de tecnologia, capacitação, florestas e o redesenhar dos mecanismos de mercado.

Em relação ao segundo período de cumprimento de Quioto, a Europa deve dar o seu acordo mediante condições, tais como: primeiro, a existência de um plano com prazos bem definidos; segundo, uma nova separação entre países industrializados e países em desenvolvimento; e terceiro, a adopção de uma abordagem sectorial para

os sectores industriais, com a utilização intensiva de energia como solução para a fuga de carbono".

João Ferreira (GUE/NGL): "Senhora Presidente, um ano decorrido sobre a Conferência de Cancún, dois anos sobre Copenhaga, são diversas as questões que se mantêm sem resposta, os impasses, os bloqueios. Pela nossa parte, continuamos convictos de que as dificuldades e as contradições que marcam estas conferências decorrem, em grande parte, da incompreensão, por parte das principais potências industriais, incluindo naturalmente também as europeias, do verdadeiro e profundo significado do princípio da responsabilidade comum mas diferenciada.

Além disso, estas potências parecem quase sempre mais interessadas em aproveitar o clima como uma oportunidade lucrativa de negócio ou ainda em conter potenciais ou reais competidores do que propriamente em alcançar reais níveis de redução de emissões, o que implicaria necessariamente pôr em causa o actual modelo de organização económica e social dominante à escala mundial.

Insistamos, por isso, na necessidade de uma discussão séria sobre a perversidade dos instrumentos de mercado, sobre o mercado do carbono, bem como sobre os instrumentos de flexibilidade como um mecanismo de desenvolvimento limpo.

São necessárias alternativas a esta abordagem de mercado".

Edite Estrela (S&D): "Senhora Presidente, já se disse tudo neste debate, até alguns disparates como disse o Senhor Bloom Godfrey. A crise tem servido de álibi para não serem tomadas as decisões ambiciosas que a situação exige e que os cidadãos esperam, seja ao nível económico, ao nível social ou ao nível ambiental.

Por isso, as expectativas para Durban são bastante baixas, mas espera-se que, pelo menos, seja dado um passo no sentido de se alcançar um acordo internacional justo e juridicamente vinculativo e que possa alcançar o objectivo de manter o aquecimento global abaixo de 2°C. E para isso necessitamos de força de vontade e de liderança política.

A União Europeia deverá confirmar pública e inequivocamente o seu empenho em encontrar um sucedâneo do Protocolo de Quioto com metas ambiciosas e corajosas. E Durban também deverá contribuir para consolidar os progressos obtidos em Cancún, designadamente no que se refere ao Fundo Verde para o Clima e ao Comité de Adaptação.

Recordo que os países desenvolvidos se comprometeram a disponibilizar novos recursos durante o período 2010-2012, num montante mínimo de 30 mil milhões de dólares e de 100 mil milhões de dólares por ano até 2020, para apoiar as medidas de mitigação e adaptação nos países vulneráveis e menos desenvolvidos".

Carlos Coelho (PPE): "Apoio esta resolução na sua generalidade. Sublinho dois pontos, que reputo serem da mais elevada importância para a conferência em Durban.

Concordo com a urgência que a UE atribui a um novo acordo entre os Estados-Membros para um Protocolo pós-2012. É fundamental assegurar um compreensivo, internacional, justo, ambicioso e juridicamente vinculativo acordo de forma a garantir os objectivos de redução das emissões (em 26 %) até 2020, com base nos níveis de 1990, e limitação do aumento da média de temperatura mundial para lá dos 2° C. É de igual importância haver uma reestruturação na arquitectura financeira do

Protocolo, sendo que a actual apenas disponibiliza 5 % daquilo que é a estimativa do capital que será necessário para os países em desenvolvimento nas próximas décadas. Caso contrário, poderemos verificar uma relutância indesejada destes mesmos no que diz respeito à adesão para um novo acordo.

Consequentemente é necessário que a UE insista e pressione os Estados-Membros no sentido de criar novos mecanismos que disponibilizem novos e adicionais fundos, como um Imposto sobre as Operações Financeiras, um Imposto Verde, um imposto sobre o transporte marítimo/aviação, entre outros. Admito que isso obrigue a repensar todo o pacote fiscal para não onerar excessivamente pessoas e empresas em tempos de recessão".

Parlamento Europeu aprova 40 milhões de euros para a política marítima integrada

O Parlamento Europeu aprovou a renovação do apoio financeiro à política marítima integrada da UE até 2013. O montante acordado entre o Parlamento e o Conselho de Ministros da UE é de 40 milhões de euros.

A política marítima integrada da UE, criada em 2007, advoga uma abordagem integrada da gestão e governação dos oceanos, mares, zonas costeiras e regiões insulares e ultraperiféricas e promove a interacção de todas as políticas da UE relacionadas com o domínio marítimo, como os transportes, a pesca, o turismo, a protecção do ambiente e a biodiversidade.

O regulamento, hoje aprovado em plenário por 541 votos a favor, 33 contra e 14 abstenções, prevê um programa que visa proporcionar um enquadramento estável para o financiamento de um conjunto de projectos e iniciativas de 2011 a 2013, ano em que terminam as actuais perspectivas financeiras (quadro financeiro plurianual da UE).

Após 2013, *"será necessário dispor de recursos suficientes que permitam o desenvolvimento e a realização dos objectivos da política marítima integrada, sem comprometer os recursos atribuídos a outras políticas, e simultaneamente promover o desenvolvimento sustentável das regiões marítimas da União, incluindo as ilhas e as regiões ultraperiféricas"*, salienta o PE, defendendo a inclusão desta política nas perspectivas financeiras para 2014-2021.

O relatório foi elaborado por Georgios Koumoutsakos (PPE, Grécia), da Comissão dos Transportes e do Turismo, em colaboração com Maria do Céu Patrão Neves (PPE, Portugal), da Comissão das Pescas (comissão associada).

Intervenção de eurodeputados portugueses no debate:

Nuno Teixeira (PPE): *"Senhora Presidente, Senhora Comissária, a política marítima integrada defende uma abordagem coordenada da gestão e governação dos oceanos, mares e costas, numa perspectiva global e coerente de todas as políticas europeias relacionadas com o mar. Ter uma perspectiva global e uma abordagem integrada implica a interacção das políticas europeias ligadas ao mar e reclama uma melhor governação através de um maior envolvimento no processo de tomada de decisão europeu.*

O sucesso e a pertinência desta política têm vindo a ser demonstrados ao longo dos últimos anos através das várias iniciativas financiadas sob a forma de acções

preparatórias e de projectos-piloto. A política marítima integrada deve, por isso mesmo, continuar a beneficiar de um financiamento adequado durante os próximos anos do período de programação financeira actual.

Neste sentido, defendo um financiamento adequado até 2013 – não só para consolidar os projectos anteriores – e apoio a definição de um quadro estável relativamente aos objectivos deste programa.

As questões de política, governação, sustentabilidade e vigilância marítima são, por razões óbvias, temas que interessam particularmente a algumas regiões da União Europeia, como são as regiões ultraperiféricas. As RUP são regiões que, à excepção da Guiana Francesa, sendo ilhas e de pequena dimensão, dependem de um reduzido número de actividades económicas e em que as actividades relacionadas com o mar e com as pescas assumem especial importância.

Para além disso, as regiões ultraperiféricas contribuem para que a União Europeia tenha a mais extensa zona económica exclusiva do mundo. As RUP representam mais de metade da zona económica exclusiva da União Europeia, cerca de 15 em 25 milhões de km², sendo, juntamente com as regiões costeiras, fundamentais para o crescimento económico da União Europeia e dos seus Estados-Membros.

Um programa como o constante da política marítima integrada deve beneficiar estas regiões, privilegiando a coordenação transnacional das políticas marítimas e uma cooperação internacional relevante.

É assim necessário garantir um financiamento contínuo e suficiente, não só para os próximos 2 anos, mas também e sobretudo para o próximo quadro financeiro, a partir de 2014".

Luís Paulo Alves (S&D): *"Senhora Presidente, não posso deixar de aproveitar a oportunidade, quando se fala de política marítima integrada, para sublinhar o enorme potencial que a dimensão atlântica e insular encerra para a União Europeia.*

O Atlântico, sendo a fronteira marítima ocidental da Europa, estabelece também a sua ligação às Américas, do Norte e do Sul, e à África, conferindo uma dimensão estratégica para a Europa, indispensável na arquitectura de uma política marítima elaborada com os olhos postos no futuro. E é pensando no futuro que a política marítima integrada, para além de promover a articulação das actividades marítimas, deve colocar na primeira linha das suas prioridades o potencial do Atlântico na sua dimensão tridimensional com base na ciência e na tecnologia.

A investigação da Crista Média do Atlântico, do mar profundo e dos fundos marinhos constitui uma nova fronteira cujo potencial existe, em biotecnologia e em recursos minerais, e é de incalculável valor para a economia do conhecimento. A União deve aproveitar, por isso, a posição privilegiada dos Açores e a excelência do seu departamento oceanográfico para lá ser instalado o Observatório do Mar Profundo".

João Ferreira (GUE/NGL): *"Senhora Presidente, a natureza e as especificidades do meio marinho, a enorme diversidade e actividades que hoje nele se desenvolvem, tendencialmente crescentes, e a necessidade de ordenar estas actividades, dirimindo potenciais conflitos de forma social e ambientalmente sustentável, aconselham a definição de uma política marítima integrada com esta finalidade.*

Naturalmente, não serão indiferentes os objectivos, os princípios orientadores e os meios postos à disposição dessa política. Temos sérias reservas, e mesmo

discordâncias, quanto à forma como vem sendo definida a Política Marítima Integrada. Com frequência, parte-se de uma visão federalista da PMI, desrespeitadora da soberania e das competências dos Estados-Membros relativamente às suas águas territoriais e zonas económicas exclusivas e ligando-a aos objectivos da política externa da União Europeia.

Ao contrário, uma política marítima baseada na cooperação entre Estados-Membros, que naturalmente reconheça a natureza transfronteiras do mar, mas que respeite a soberania e competências dos Estados, promova sinergias, acrescente mais-valias e impulsione a utilização sustentável e conservação dos recursos marinhos – esta PMI poderia, indiscutivelmente, ter impactos positivos".

Pesca ilegal: Eurodeputados apelam a acção urgente a nível internacional

A pesca ilegal representa uma das ameaças mais graves para a biodiversidade dos oceanos e constitui uma fonte de concorrência desleal para os pescadores que respeitam as regras em vigor. O Parlamento Europeu aprovou um relatório no qual apela a uma acção internacional coordenada para combater este tipo de pesca, propondo que sejam reforçadas as inspecções no mar, que seja vedado o acesso aos mercados a esses produtos e que sejam aplicadas sanções aos Estados negligentes.

O volume de capturas da pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN) foi estimado entre 11 e 26 milhões de toneladas anuais, equivalentes a pelo menos 15% das capturas globais, o que inviabiliza uma gestão sustentável, dos pontos de vista económico, social e ambiental, dos recursos marinhos do mundo.

A luta contra a pesca INN requer, para ser eficaz, uma cooperação internacional e um intercâmbio abrangente de informação sobre os navios de pesca, as suas actividades e capturas, insiste o PE.

UE deve mobilizar o mundo para combater a pesca ilegal

A UE é o maior importador mundial de produtos da pesca e uma das grandes potências pesqueiras do mundo, cabendo-lhe por isso a grande responsabilidade de desempenhar um papel fundamental na mobilização da comunidade internacional para combater a pesca INN, diz o PE.

Os eurodeputados instam a UE a debater urgentemente com outros grandes Estados de destino dos produtos da pesca, como os EUA, o Japão e a China, modos de cooperar entre si e a desenvolver instrumentos legais internacionais capazes de pôr cobro, perseguir judicialmente e punir o comércio de pescado proveniente de capturas ilegais, no quadro do sistema das Nações Unidas.

As recomendações feitas pelo PE incluem:

- a criação na UE de registos dos navios de pesca que estão autorizados a pescar e de listas negras dos navios que estão identificados como de pesca INN;

- a elaboração de um registo mundial de navios de pesca, que deve ser obrigatório e abranger as embarcações com arqueação bruta superior a 10 toneladas;
- a criação de programas de inspecções no mar;
- o desenvolvimento de regimes de documentação das capturas;
- a utilização obrigatória de instrumentos electrónicos, incluindo o sistema de localização de navios (VMS);
- um intercâmbio abrangente de informação sobre os navios de pesca, as suas actividades e capturas;
- controlos do comércio e das importações;
- a proibição de acesso aos mercados aos produtos da pesca INN.

Os eurodeputados querem também ver reforçado o papel das organizações regionais de gestão da pesca.

Sanções

O PE apela à elaboração de um mecanismo eficaz de penalização dos Estados que não asseguram que os navios que arvoram o seu pavilhão se abstenham de apoiar ou praticar a pesca INN e cumpram toda a legislação que lhes é aplicável.

O PE pede aos Estados-Membros que processem judicialmente os navios, os armadores, as empresas e os indivíduos que participem em actividades relacionadas com a pesca INN, tal como fariam relativamente a quaisquer outros autores de crimes ambientais ou económicos.

A Comissão deve, por seu lado, reformular os requisitos para a obtenção de apoios europeus, de modo a aplicar sanções financeiras e impedir o acesso a oportunidades de financiamento a proprietários de navios que tenham comprovadamente praticado a pesca INN.

O relatório foi aprovado por 491 votos a favor, 7 contra e 24 abstenções.

Intervenção de eurodeputados portugueses no debate:

João Ferreira (GUE/NGL): *"Senhor Presidente, Senhora Comissária, como bem refere a relatora, a pesca é uma actividade global, tal como o é, necessariamente, a sua componente ilegal. A pesca ilegal não regulamentada e não declarada acarreta prejuízos significativos para um património comum da Humanidade: os oceanos e os seus imensos, embora finitos, recursos. Estima-se, no mínimo, que ela corresponda a 15 % do volume total de capturas, embora possa corresponder na verdade a um valor bem superior.*

A conservação deste património não pode ser senão uma tarefa e uma responsabilidade comum da Humanidade. Por esta razão, o combate à pesca ilegal deve prioritariamente ser considerado no âmbito da cooperação internacional, no quadro de organizações multilaterais como a FAO.

Assim, ganham particular importância o acordo da FAO relativo às medidas a implementar pelos Estados de porto, o Acordo das Nações Unidas sobre as Populações de Peixes, o Acordo da FAO para a Promoção do Cumprimento e a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. É igualmente importante o reforço do papel e da cooperação internacional no quadro das organizações regionais de gestão de pescas.

Queremos aqui reconhecer e valorizar o esforço desenvolvido pela relatora para promover uma discussão ampla, que incluiu vários documentos de trabalho intermédios, e elaborar um relatório abrangente e completo.

Queremos também reconhecer a disponibilidade para acolher todos os contributos pertinentes. O consenso que foi possível alcançar, não obstante naturais divergências pontuais, será reflexo não apenas da natureza do tema, mas também do método de trabalho seguido.

Lamentavelmente, as alterações apresentadas pelo PPE, relativas à criação da guarda costeira europeia, vêm pôr em causa este consenso. São alterações que claramente extravasam o âmbito do relatório e a discussão tida durante a sua preparação. São, além disso, alterações que, consabidamente, estão longe de ser consensuais, ao contrário da generalidade das restantes medidas – algumas delas inovadoras – propostas no relatório.

Apelamos por isso à rejeição destas alterações, sem o que o relatório, na nossa opinião, sairá claramente enfraquecido".

Ordem do dia 14 a 17 Novembro

► Segunda-feira, 14 de Novembro de 2011

17:00 - 21:00

Reinício da sessão e ordem dos trabalhos

Espaço ferroviário europeu único (Reformulação) - *Relatório: Debora Serracchiani (A7-0367/2011)*

Implementação da Directiva relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais - *Relatório: Emma McClarkin (A7-0373/2011)*

Intervenções de um minuto (Artigo 150.º do Regimento)

Breve apresentação dos seguintes relatórios:

Nova estratégia em matéria de política dos consumidores - *Relatório: Kyriacos Triantaphyllides (A7-0369/2011)*

O jogo em linha no mercado interno - *Relatório: Jürgen Creutzmann (A7-0342/2011)*

Saúde das abelhas e desafios para o sector da apicultura - *Relatório: Csaba Sándor Tabajdi (A7-0359/2011)*

As alterações demográficas e as respectivas consequências para a futura política de coesão da UE - *Relatório: Kerstin Westphal (A7-0350/2011)*

Reforma das regras da UE em matéria de auxílios estatais aplicáveis aos serviços de interesse económico geral - *Relatório: Peter Simon (A7-0371/2011)*

► Terça-feira, 15 de Novembro de 2011

09:00 - 10:20

Votação do seguinte pedido de aplicação do processo de urgência (Artigo 142.º do Regimento)

Proposta de decisão do Conselho respeitante à aprovação, em nome da União Europeia, da declaração relativa à concessão de possibilidades de pesca em águas da UE aos navios de

pesca que arvoram pavilhão da República Bolivariana da Venezuela na zona económica exclusiva ao largo da costa do departamento francês da Guiana

Plataforma Europeia contra a Pobreza e a Exclusão Social - *Relatório: Frédéric Daerden (A7-0370/2011)*

10:20 - 11:50

Período de perguntas (Comissão)

12:00 - 14:00 VOTAÇÃO

Coordenação das garantias exigidas às sociedades na aceção do artigo 54.º do TFUE (Reformulação) - *Relatório: Klaus-Heiner Lehne (A7-0348/2011)*

Convenção de Atenas de 1974 relativa ao Transporte de Passageiros e Bagagens por Mar com excepção dos artigos 10.º e 11.º - *Recomendação: Brian Simpson (A7-0356/2011)*

Convenção de Atenas de 1974 relativa ao Transporte de Passageiros e Bagagens por Mar, com excepção dos artigos 10.º e 11.º - *Recomendação: Klaus-Heiner Lehne (A7-0341/2011)*

Acordo de Aviação Euromediterrânico entre a UE e a Jordânia - *Recomendação: Olga Sehnalová (A7-0347/2011)*

Acordo sobre o Espaço de Aviação Comum Europeu entre a UE e a Geórgia - *Recomendação: Thomas Ulmer (A7-0344/2011)*

Suspensão temporária dos direitos autónomos da Pauta Aduaneira Comum sobre as importações de um determinado número de produtos industriais nas Ilhas Canárias - *Relatório: Danuta Maria Hübner (A7-0357/2011)*

Execução do Programa-Quadro da Comunidade Europeia da Energia Atómica de actividades de investigação e formação em matéria nuclear (acções indirectas) - *Relatório: Jan Březina (A7-0358/2011)*

Processos de insolvência no contexto do direito das sociedades da UE - *Relatório: Klaus-Heiner Lehne (A7-0355/2011)*

As alterações demográficas e as respectivas consequências para a futura política de coesão da UE - *Relatório: Kerstin Westphal (A7-0350/2011)*

Vendas a descoberto e certos aspectos dos swaps de risco de incumprimento - *Relatório: Pascal Canfin (A7-0055/2011)*

Estatísticas europeias sobre culturas permanentes - *Relatório: Mariya Nedelcheva (A7-0188/2011)*

Execução do Programa-Quadro da Comunidade Europeia da Energia Atómica de actividades de investigação e formação em matéria nuclear (acções directas) - *Relatório: Jan Březina (A7-0340/2011)*

Participação de empresas, centros de investigação e universidades em acções indirectas do Programa-Quadro da Comunidade Europeia da Energia Atómica - *Relatório: Jan Březina (A7-0345/2011)*

Implementação da Directiva relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais - *Relatório: Emma McClarkin (A7-0373/2011)*

Nova estratégia em matéria de política dos consumidores - *Relatório: Kyriacos Triantaphyllides (A7-0369/2011)*

O jogo em linha no mercado interno - *Relatório: Jürgen Creutzmann (A7-0342/2011)*

Saúde das abelhas e desafios para o sector da apicultura - *Relatório: Csaba Sándor Tabajdi (A7-0359/2011)*

Reforma das regras da UE em matéria de auxílios estatais aplicáveis aos serviços de interesse económico geral - *Relatório: Peter Simon (A7-0371/2011)*

Plataforma Europeia contra a Pobreza e a Exclusão Social - *Relatório: Frédéric Daerden (A7-0370/2011)*

15:00 - 20:00

Programa de Trabalho da Comissão para 2012 - *Declaração do Presidente da Comissão*

Conferência sobre as Alterações Climáticas em Durban - *Perguntas orais (O-000216/2011 - B7-0639/2011) (O-000217/2011 - B7-0640/2011)*

Apresentação do relatório anual de 2010 do Tribunal de Contas

Responsabilização da UE em matéria de financiamento do desenvolvimento - *Perguntas orais (O-000248/2011 - B7-0642/2011) (O-000249/2011 - B7-0643/2011)*

21:00 - 23:00

Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE em 2010 - *Relatório: Filip Kaczmarek (A7-0315/2011)*

Marca do Património Europeu - *Recomendação para segunda leitura: Chrysoula Paliadeli (A7-0331/2011)*

► **Quarta-feira, 16 de Novembro de 2011**

09:00 - 11:45 DEBATE PRIORITÁRIO

Governança económica - *Declarações do Presidente do Conselho Europeu, do Presidente da Comissão e do Presidente do Eurogrupo*

11:45 - 12:00

(Entrega do Prémio LUX)

12:00 - 14:00 VOTAÇÃO

Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: candidatura «EGF/2010/019 IE/ Construction 41», Irlanda - *Relatório: Barbara Matera (A7-0375/2011)*

Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: candidatura EGF/2011/004 EL/ALDI Hellas, Grécia - *Relatório: Barbara Matera (A7-0378/2011)*

Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: candidatura «EGF/2010/021 IE/ Construction 71», Irlanda - *Relatório: Barbara Matera (A7-0377/2011)*

Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: candidatura «EGF/2010/020 IE/ Construction 43», Irlanda - *Relatório: Barbara Matera (A7-0376/2011)*

Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: candidatura «EGF/2011/001 AT/ Niederösterreich-Oberösterreich», Áustria - *Relatório: Barbara Matera (A7-0379/2011)*

Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE em 2010 - *Relatório: Filip Kaczmarek (A7-0315/2011)*

Marca do Património Europeu - *Recomendação para segunda leitura: Chrysoula Paliadeli (A7-0331/2011)*

Espaço ferroviário europeu único (Reformulação) - *Relatório: Debora Serracchiani (A7-0367/2011)*

Conferência sobre as Alterações Climáticas em Durban - *Propostas de resolução*

Responsabilização da UE em matéria de financiamento do desenvolvimento - *Propostas de resolução*

O cinema europeu na era digital - *Relatório: Piotr Borys (A7-0366/2011)*

15:00 - 20:00

Cimeira UE-EUA de 28 de Novembro de 2011 - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

A Internet aberta e a neutralidade da rede na Europa - *Perguntas orais (O-000243/2011 - B7-0641/2011) (O-000261/2011 - B7-0653/2011)*

Situação dos ciganos nos Estados-Membros - *Perguntas orais (O-000236/2011 - B7-0649/2011)*

(O-000237/2011 - B7-0650/2011) (O-000241/2011 - B7-0651/2011) (O-000242/2011 - B7-0652/2011)

(O-000259/2011 - B7-0644/2011) (O-000260/2011 - B7-0645/2011) (O-000274/2011 - B7-0646/2011)

(O-000275/2011 - B7-0647/2011) (O-000288/2011 - B7-0654/2011) (O-000289/2011 - B7-0655/2011)

(O-000291/2011 - B7-0656/2011) (O-000292/2011 - B7-0657/2011)

Proibição de munições de fragmentação - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Modernização da legislação em matéria de IVA para promover o mercado único digital - *Pergunta oral (O-000226/2011 - B7-0648/2011)*

21:00 - 23:00

Programa-Quadro da Comunidade Europeia da Energia Atómica de actividades de investigação e formação em matéria nuclear - *Relatório: Jan Březina (A7-0360/2011)*

Breve apresentação dos seguintes relatórios:

Apoio da UE ao Tribunal Penal Internacional - *Relatório: Wolfgang Kreissl-Dörfler (A7-0368/2011)*

Negociações do Acordo de Associação UE-Geórgia - *Relatório: Krzysztof Lisek (A7-0374/2011)*

Integração da perspectiva do género nas actividades do Parlamento Europeu - *Relatório: Mikael Gustafsson (A7-0351/2011)*

► **Quinta-feira, 17 de Novembro de 2011**

10:00 - 11:50

Aprofundamento da política marítima integrada - *Relatório: Georgios Koumoutsakos (A7-0163/2011)*

Combate à pesca ilegal a nível mundial - papel da UE - *Relatório: Isabella Lövin (A7-0362/2011)*

12:00 - 14:00 VOTAÇÃO

Apoio da UE ao Tribunal Penal Internacional - *Relatório: Wolfgang Kreissl-Dörfler (A7-0368/2011)*

Aprofundamento da política marítima integrada - *Relatório: Georgios Koumoutsakos (A7-0163/2011)*

Programa-Quadro da Comunidade Europeia da Energia Atómica de actividades de investigação e formação em matéria nuclear - *Relatório: Jan Březina (A7-0360/2011)*

Cimeira UE-EUA de 28 de Novembro de 2011 - *Propostas de resolução*

A Internet aberta e a neutralidade da rede na Europa - *Propostas de resolução*

Proibição de munições de fragmentação - *Propostas de resolução*

Modernização da legislação em matéria de IVA para promover o mercado único digital - *Propostas de resolução*

Negociações do Acordo de Associação UE-Geórgia - *Relatório: Krzysztof Lisek (A7-0374/2011)*

Integração da perspectiva do género nas actividades do Parlamento Europeu - *Relatório: Mikael Gustafsson (A7-0351/2011)*

Combate à pesca ilegal a nível mundial - papel da UE - *Relatório: Isabella Lövin (A7-0362/2011)*

15:00 - 16:00

Debate sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito - Duração máxima: uma hora (Artigo 122.º do Regimento)

Irão - casos recentes de violação dos direitos humanos

Egipto, em especial o caso do blogger Alaa Abdel Fatah

16:00 - 17:00 Votação

Propostas de resolução relativas ao debate sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito (Artigo 122.º do Regimento)